

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e 2019	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2020	2019	Passivo	Notas	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.634	4.049	Fornecedores		310	224
Contas a receber	8	2.492	1.238	Empréstimos e financiamentos	12	3.724	3.381
Tributos a recuperar		241	459	Arrendamento mercantil operacional	13	173	492
Despesas antecipadas		72	80	Partes relacionadas	16	33	-
Outros ativos		31	49	Tributos a pagar		296	158
Ativo circulante		12.470	5.875	Salários e encargos sociais		290	363
				Contribuição ao fundo sócio ambiental	14	797	686
Contas vinculadas	9	7.969	7.785	Outros passivos		331	194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	2.952	3.505	Passivo circulante		5.954	5.498
Outros ativos		532	198				
Direito de uso	11	316	727	Empréstimos e financiamentos	12	38.062	36.399
Imobilizado		178	179	Arrendamento mercantil operacional	13	67	269
Intangível	10	61.893	64.816	Partes relacionadas	16	896	1.513
Ativo não circulante		73.840	77.210	Provisão para contingências	15	1.039	953
				Provisão de conserva especial	17	2.199	1.796
				Outros passivos		-	19
				Passivo não circulante		42.263	40.949
				Total do passivo		48.217	46.447
				Capital social	18	26.150	26.150
				Reserva de capital		2.618	2.618
				Reservas de lucros		9.325	7.870
				Patrimônio líquido		38.093	36.638
Total do ativo		86.310	83.085	Total do passivo e patrimônio líquido		86.310	83.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	19	18.781	15.050
Custo dos serviços	20	<u>(8.646)</u>	<u>(8.898)</u>
Lucro bruto		<u>10.135</u>	<u>6.152</u>
Gerais e administrativas	21	(4.190)	(4.191)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>-</u>	<u>2</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>5.945</u>	<u>1.963</u>
Resultado financeiro, líquido	22	(3.270)	(2.598)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.675</u>	<u>(635)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(553)	213
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(268)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>1.854</u>	<u>(422)</u>
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$		70,90	(16,14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	1.854	(422)
Ouros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>1.854</u>	<u>(422)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	26.150	2.618	529	7.937	954	(1.118)	37.070
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(422)	(422)
Ajuste efeito IFRS 16	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.150	2.618	529	7.937	954	(1.550)	36.638
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.854	1.854
Destinação do lucro (nota 18)	-	-	84	(351)	171	96	-
Dividendos propostos (nota 18)	-	-	-	-	-	(399)	(399)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.150	2.618	613	7.587	1.125	-	38.093

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.675	(635)
Ajustes		
Margem de construção	(4)	(3)
Provisão para contingência	86	187
Provisão para conserva especial	403	551
Juros e variações monetárias, líquidas	3.595	3.265
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	21
Depreciação e amortização	3.818	3.813
	<u>10.573</u>	<u>7.199</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.254)	(772)
Despesas antecipadas	8	44
Tributos a recuperar	(44)	(419)
Outros ativos	(316)	-
Contribuição ao fundo sócio ambiental	111	107
Fornecedores	86	88
Obrigações tributárias	132	229
Obrigações sociais e trabalhistas	(73)	8
Outros passivos	118	(133)
Caixa líquido proveniente das operações	<u>9.341</u>	<u>6.351</u>
Juros pagos	(773)	(3.229)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>8.568</u>	<u>3.122</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas vinculadas	(184)	109
Adições ao imobilizado	(53)	(6)
Adições ao intangível	(426)	(260)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(663)</u>	<u>(157)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas (recursos liberados)	33	-
Dividendos pagos	(1.016)	-
Empréstimos (amortização de principal)	(792)	(2.562)
Baixas de arrendamento	(545)	(527)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	<u>(2.320)</u>	<u>(3.089)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.585</u>	<u>(124)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.049	4.173
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>9.634</u>	<u>4.049</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Rota dos Coqueiros” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva (“Via Parque”), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezessete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos e 5 meses	Estado de Pernambuco

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”), e controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) e controlada indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Ações do Ministério Público, Governança e Compliance

Em dezembro de 2016, a Odebrecht S.A., controladora indireta da Companhia, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (MPF) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Para tanto, conta com um sistema de conformidade desde 2017, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração nesse momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Covid-19, ao mesmo tempo que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., aderente às recomendações de segurança e controle, vem atuando com foco em manter a adequada prestação de serviços consignadas no Contrato de Concessão, seguindo todas as orientações dos Governos Federal e Estadual, em especial, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, frente aos seus colaboradores e usuários, com o objetivo único de combater a disseminação do vírus. Com os impactos provocados pela pandemia, no ano de 2020, a Concessionária obteve uma redução de tráfego de 7,5% quando comparado ao ano de 2019. Os custos correntes para a operação, manutenção e conservação da rodovia permanecem mantidos para o bom desempenho operacional na prestação de serviço, vista como essencial à sociedade.

A Concessionária utilizou a aprovação do pleito de suspensão do pagamento dos financiamentos junto ao BNB, tendo como principal benefício a preservação do caixa da Companhia que foi diretamente afetado com a queda do tráfego acentuada no segundo trimestre de 2020.

E com base na Medida Provisória 927 e nas Portarias 139 e 245, a Companhia usufruiu da postergação do pagamento do FGTS, INSS (Patronal e RAT ajustado), PIS, Cofins, com suas devidas obrigações acessórias.

Entretanto, é importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia.

2. Políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 24 de fevereiro de 2021.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, numerários em trânsito, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 7) e o “Contas a receber” (nota explicativa nº 8) e ao valor justo por meio do resultado o saldo de “Contas vinculadas” (nota explicativa nº 9).

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 35 dias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

2.6. Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 (R1) - "Contratos de Concessão", item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização do ativo intangível foi realizada pelo método linear (prospectivamente) para o exercício de 2020 e 2019, a qual está limitada ao prazo final da concessão.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, registrada como reserva de lucro de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios.

2.8. Provisão para conserva especial

A partir de 31 de dezembro de 2017, a Companhia passou a provisionar os gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura da rodovia nos próximos 10 (dez) anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o reconhecimento dos impactos referentes aos gastos que serão incorridos em função da utilização da rodovia, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47, ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. A receita é reconhecida, acrescida da margem de 1,00% sobre os custos incorridos no exercício, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou receita de construção conforme demonstrado a seguir:

Direito da Concessionária	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo Intangível	426	313	(422)	(310)	4	3
	426	313	(422)	(310)	4	3

(*) Refere-se à atualização das contas a receber com o Governo do Estado de Pernambuco calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

(iii) CAT

CAT é ativo financeiro constituído com base no ICPC 01 (R1) – “Contratos de Concessão”, em contrapartida a receita de construção e refere-se à contraprestação mensal paga pelo Poder Concedente conforme prazo contratual. O objetivo da CAT foi complementar o investimento na infraestrutura. Em junho de 2019, a CAT findou conforme fluxo de pagamento disciplinado no 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

2.12. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e contêm três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/ de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2020.

2.13. Receita de contrato com cliente

A Companhia adota o CPC 47 (IFRS 15) para reconhecimento das receitas de contrato, o qual estabelece um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º. de janeiro de 2021.
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

As estimativas e premissas, estão contempladas a seguir:

a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia utiliza o método linear de amortização, a qual está limitada ao prazo da concessão (nota explicativa nº 10) ou vida útil efetiva, dos dois, aquele que vier primeiro.

b) Margem de construção

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais a margem de lucro estimada pela Administração.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, reconheceu imposto de renda (IR) e contribuição social diferido (CSL). Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na nota explicativa nº 23.

d) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

A Companhia não realizou, nos exercícios de 2020 e de 2019, operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou de caráter especulativo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	12	41.786	39.780
Arrendamento mercantil operacional	13	240	761
Caixa e equivalentes de caixa	7	(9.634)	(4.049)
Contas vinculadas	9	(7.969)	(7.785)
Dívida líquida		24.423	28.707
Total do patrimônio líquido		38.093	36.638
Total do capital próprio e de terceiros		62.516	65.345
Índice de alavancagem financeira - %		39%	44%

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	9.634	4.049
Contas a receber	8	-	-	2.492	1.238
Contas vinculadas	9	7.969	7.785	-	-
		<u>7.969</u>	<u>7.785</u>	<u>12.126</u>	<u>5.287</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	41.786	39.780
Arrendamento mercantil operacional	13	-	-	240	761
Fornecedores		-	-	1.107	910
Outros passivos		-	-	331	213
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.464</u>	<u>41.664</u>

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Fundo de troca	43	42
Bancos conta movimento	87	13
Aplicações financeiras (i)	9.344	3.893
Numerários em trânsito (ii)	160	101
	<u>9.634</u>	<u>4.049</u>

(i) A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, em instituições financeiras de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Dos recursos aplicados, uma parte do montante será utilizado na melhoria da infraestrutura e operação da rodovia, e outra parte do montante com recursos exclusivos e restritos para os Programas de Gestão Ambiental e Social da Concessionária, conforme cláusula 29 do contrato de concessão.

(ii) Saldo referente ao numerário de pedágio em trânsito e conferência até que o mesmo seja reconhecido efetivamente no caixa da Companhia como depósito em conta corrente no mês subsequente.

8. Contas a receber

	2020	2019
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	304	226
Demanda de risco (i)	2.158	1.008
Receitas acessórias	30	4
	<u>2.492</u>	<u>1.238</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas na realização das contas a receber, uma vez que, os mesmos são recebidos dentro do prazo médio de 30 dias, em sua maioria das operadoras das etiquetas de pedágio eletrônico.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) De acordo com a cláusula 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. Em decorrência da frustração do tráfego, a Companhia, vem emitido mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

9. Contas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) um fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 7.969 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 7.785), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, remunerados a taxa de 98% do CDI, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na nota explicativa nº 12.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

10. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			2020	2019
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	10.535	(3.001)	7.534	7.922
Hardware equipamentos de pedágio	554	(157)	397	248
Demais melhorias e ampliações	71.154	(20.231)	50.923	53.466
Desapropriações	2.602	(811)	1.791	2.027
Máquinas e equipamentos	505	(283)	222	268
Móveis e utensílios	16	(7)	9	11
Obras em andamento	995	-	995	840
	86.361	(24.490)	61.871	64.782
Outros intangíveis				
Softwares adquiridos de terceiros	70	(48)	22	34
	70	(48)	22	34
	86.431	(24.538)	61.893	64.816

- (i) Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Infraestrutura	Intangível em andamento	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	85.095	840	70	86.005
Amortização acumulada	(21.153)	-	(36)	(21.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63.942	840	34	64.816
Transferência	(105)	105	-	-
Adições	376	50	-	426
Amortização (*)	(3.337)	-	(12)	(3.349)
Saldo contábil	60.876	995	22	61.893
Custo	85.366	995	70	86.431
Amortização acumulada	(24.490)	-	(48)	(24.538)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.876	995	22	61.893

(*) A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear até o prazo final da concessão.

11. Direito de uso

	2020	2019
	727	-
Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional	-	1.338
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	-	(122)
Amortização dos contratos de arrendamento operacional	(411)	(489)
	316	727

A amortização está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas nº 20 e nº 21.

12. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2020	2019
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a.	41.786	39.780
			41.786	39.780
Passivo circulante			3.724	3.381
Passivo não circulante			38.062	36.399

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$ 52.900, e complementado no montante de R\$ 13.852 no dia 2 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de dezesseis anos, havendo bônus de adimplência de 15%. Desde 27 de janeiro de 2012, a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Em 19 de junho de 2017, foi assinado o segundo aditivo de rerratificação ao contrato de financiamento de nº 44.2009.6042.1846, firmado em 02 de dezembro de 2009, teve como finalidade alterar o vencimento final repactuando para 27 de novembro de 2029, ou seja, ampliação do prazo contratual em 24 (vinte e quatro) meses, como também carência de 12 (doze) meses do valor principal, de março de 2017 a fevereiro de 2018. Além de demonstrar um novo fluxo de amortização do principal da dívida que foi readequado até o final do contrato.

Em abril de 2020, em virtude do estado de calamidade pública relacionada ao novo Coronavírus (Covid-19), a Concessionária foi beneficiada com a suspensão automática das parcelas vincendas até 31 de dezembro de 2020, definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.798, de 06 de abril de 2020. As parcelas suspensas, junto com os juros capitalizáveis da data do reconhecimento até 31/12/2020, serão distribuídos proporcionalmente entre as parcelas de principal com vencimento a partir de janeiro de 2021. As demais condições pactuadas na operação como encargos e garantias, dentre outras, serão mantidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia liquidou parcelas do BNB no montante de R\$ 1.565, sendo R\$ 792 de amortização do principal e R\$ 773 de amortização de juros.

a) Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	4.845
2022	5.074	5.074
2023	5.253	5.253
2024	5.458	5.458
2025	5.027	5.027
2026 em diante	17.250	10.742
	<u>38.062</u>	<u>36.399</u>

b) Movimentação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	39.780	42.344
Juros provisionados	3.571	3.227
Juros pagos	(773)	(3.229)
Amortização de principal	(792)	(2.562)
Saldo final	<u>41.786</u>	<u>39.780</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Garantias

O contrato de financiamento com o BNB prevê como garantia, penhor de ações ordinárias da Companhia e direitos emergentes do Contrato de Concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios.

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) um fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, que corresponde a amortização de seis prestações do financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia (nota explicativa nº 9).

d) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia está sujeita às cláusulas de "covenants" dos quais restringem, dentre outros itens, sofrer protestos de dívida, suspender imotivadamente as operações, aplicar irregularmente os recursos, pedir recuperação judicial/extrajudicial, dentre outros.

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

13. Arrendamento mercantil operacional

A Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 5,75% a.a.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	761	-
Reconhecimento inicial	-	1.250
Apropriação de juros	24	38
Baixa dos contratos	(545)	(527)
	<u>240</u>	<u>761</u>
Passivo circulante	173	492
Passivo não circulante	67	269

14. Contribuição ao fundo sócio ambiental

O Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante destinado à contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 797 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 686).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contingências e provisões para causas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem ações de causas indenizatórias no valor de R\$ 1.039 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 953) classificadas como de perda provável, referente a processos de desapropriação e cível, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos.

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 736 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 654).

16. Partes relacionadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a pagar		
Odebrecht Participação e Investimentos S.A.	497	497
	<u>497</u>	<u>497</u>
Dividendos a pagar		
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	3	9
Odebrecht Rodovias S.A.	296	753
Vento Sul Participações LTDA.	100	254
	<u>399</u>	<u>1.016</u>
Fornecedores		
Odebrecht Rodovias S.A.	25	-
Vexty Previdência ("Vexty")	8	-
	<u>33</u>	<u>-</u>
Total	<u>929</u>	<u>1.513</u>

Em abril de 2020, ocorreu a quitação dos dividendos reconhecidos nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia.

a) Honorários da Administração

A remuneração total paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 538 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 434).

17. Provisão de conserva especial

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava o saldo de R\$ 2.199 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.796) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração no intuito de suprir as manutenções futuras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	
		2020	2019
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	226.873	227	227
Odebrecht Rodovias S.A.	19.385.740	19.385	19.385
Vento Sul Participações Ltda..	6.537.541	6.538	6.538
	26.150.154	26.150	26.150

b) Reserva de capital

O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão parcial do patrimônio líquido da controladora indireta OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

c) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivo Fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Segundo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 171 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia destinou o montante de R\$ 84.

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia destinou o montante de R\$ 1.999.

O saldo de prejuízo acumulado dos exercícios de 2018 e 2019 que totaliza R\$ 1.550, foi absorvido pela reserva de investimento em face ao disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76.

(iv) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	2020
Resultado do exercício	1.854
Reserva de incentivo fiscal	(171)
Base reserva legal	1.683
Constituição reserva legal (5%)	(84)
Base cálculo dos dividendos	1.599
Dividendos	399

Estas demonstrações contábeis refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	426	313
Receitas em numerário	10.843	10.918
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	2.500	2.538
Receitas de Contraprestação – CGPE (iii)	-	1.717
Receitas acessórias	139	129
Demanda de risco (iv)	6.521	1.008
Receita de Subvenção Governamental	171	-
Receita bruta	<u>20.600</u>	<u>16.623</u>
Receita operacional	20.174	16.310
Tributos sobre serviços de operação	(1.702)	(1.416)
Outras deduções	(117)	(157)
Receita líquida	<u>18.781</u>	<u>15.050</u>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 426 e R\$ 313, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do CGPE, CAT, que findou em junho de 2019 conforme fluxo de pagamento disciplinado no 1º Termo Aditivo de Contrato de Concessão;
- (iv) Conforme cláusulas 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. A Companhia, vem emitido mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo dos serviços

	2020	2019
Depreciação e amortização	(3.748)	(3.701)
Custos com pessoal	(1.699)	(1.790)
Gastos gerais	(375)	(348)
Serviços de terceiros	(1.614)	(1.642)
Seguros	(80)	(83)
Provisão para conserva especial	(450)	(786)
Materiais	(258)	(238)
	(8.224)	(8.588)
Custo de construção ICPC 01-R1 (i)	(422)	(310)
	(8.646)	(8.898)

(i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

21. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal	(2.174)	(2.388)
Serviços de terceiros	(1.122)	(960)
Depreciação e amortização	(66)	(106)
Materiais e equipamentos	(277)	(174)
Despesa com veículos	(18)	(22)
Despesas com viagens	(14)	(34)
Gastos gerais	(519)	(507)
	(4.190)	(4.191)

22. Resultado financeiro, líquido

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.571)	(3.227)
Juros sobre atraso	(24)	(1)
Arrendamento mercantil operacional	(3)	(38)
Outras	(20)	(61)
	(3.618)	(3.327)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	338	697
Outras	10	32
	348	729
Resultado financeiro, líquido	(3.270)	(2.598)

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.293	1.421
Provisão para conserva especial	777	617
Ajuste de adoção inicial (art. 69 da lei nº 12.973)	1.160	1.219
Despesas pré-operacionais	(145)	118
Benefício fiscal (ágio) (i)	<u>516</u>	<u>778</u>
	3.601	4.153
Margem de construção	<u>(648)</u>	<u>(648)</u>
	(648)	(648)
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	3.601	4.153
Tributos diferidos passivos	<u>(648)</u>	<u>(648)</u>
	2.952	3.505

(i) De acordo com as práticas, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora Odebrecht Transport Participações S.A., nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.519	2.289
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	<u>(1.003)</u>	<u>(1.511)</u>
Total do benefício fiscal	516	778

A Companhia optou por apresentar o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”.

A Companhia constituiu essa provisão, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo fiscal e base negativa</u>	<u>Benefício fiscal (ágio)</u>	<u>Total</u>
2022	159	262	421
2023	207	254	461
2024 em diante	<u>927</u>	<u>-</u>	<u>927</u>
	1.293	516	1.809

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes dos impostos	2.675	(635)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(910)	216
Outros	89	(3)
Efeito IR e CSLL no resultado	(821)	213
IR e CSLL diferido	(553)	213
IR e CSLL corrente	(268)	-
	(821)	213

24. Contratos

a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

25. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Garantia Concessões Públicas	21/05/2021	682
Seguro de Risco Operacional	29/12/2021	100.000
Responsabilidade Civil	29/12/2021	50.000
Responsabilidade Administradores - D&O	31/12/2021	15.000
Veículos da Frota	30/09/2021	1.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

26. Eventos subsequentes

A Odebrecht Rodovias S.A., acionista controladora da Companhia, está em fase final de negociação de venda da sua participação no capital social da Companhia. O Contrato de Compra e Venda de Ações já foi firmado com a parte interessada e a conclusão da negociação está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, dentre elas, aprovações junto ao Poder Concedente, aos acionistas minoritários da Odebrecht Transport S.A. e a determinados credores.

* * *